

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Elisandra Beatriz Loffler

**EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS
DIVULGADOS PELAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO DE MATO
GROSSO**

Taubaté - SP
2018

ELISANDRA BEATRIZ LOFFLER

**EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS
DIVULGADOS PELAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO DE MATO
GROSSO**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestra em Ciências Ambientais pelo
Programa de Pós-graduação em Ciências
Ambientais da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Raposo de
Almeida

**Taubaté - SP
2018**

ELISANDRA BEATRIZ LOFFLER

**EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS DIVULGADOS PELAS
EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestra em Ciências Ambientais pelo
Programa de Pós-graduação em Ciências
Ambientais da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Raposo de
Almeida

Data: 13/04/2019

Resultado: APROVADA

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Julio Cesar Raposo de Almeida

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a.Ana Aparecida da Silva Almeida

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin

Universidade Federal de Itajubá

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação não chegaria ao bom porto sem o apoio de inúmeras pessoas, aos quais deixo meu agradecimento. Em primeiro lugar, ao meu professor e orientador Dr. Julio C. Raposo pela paciência, dedicação e infinita disponibilidade.

À FAPAN e UNITAU pela oportunidade ímpar. Agradeço também a todo corpo docente da Unitau pelos ensinamentos e experiências vividas.

Também agradeço aos meus amigos pela força, revisões incansáveis e compreensão quando mais precisei, em especial aos amigos: Julia J. Loffler, André Vicensoti, Juliana Gutierrez, Robson da Rocha Andrade e a todos os demais que tornaram nossa jornada menos árdua (companheiros de viagem) e que torceram por mim.

A todos os familiares, em especial a minha mãe Hildegard Loffler e a minha sogra Fátima Friozi que cuidaram dos meus filhos na minha ausência.

Ao meu marido, amigo e confidente Helton Friozi que sempre esteve me apoiando, incentivando e pelo seu amor incondicional.

O meu muito obrigada a todos!

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS DIVULGADOS PELAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

AUTORA: ELISANDRA BEATRIZ LOFFLER
ORIENTADOR: JULIO CESAR RAPOSO DE ALMEIDA

RESUMO

A divulgação do Balanço Social tem sido um instrumento de evidenciação para demonstrar as relações econômicas, sociais e ambientais das empresas para com a sociedade e o meio ambiente. É um mecanismo utilizado para as empresas demonstrarem publicamente suas intenções e compromissos socioambientais, presando pela transparência de suas ações no que tange a responsabilidade social corporativa. O Balanço Social também é uma forma para a empresa expor a sociedade que não está preocupada somente na geração de lucros, mas sim na prestação de contas do seu desempenho sobre o uso e a apropriação de recursos naturais. Neste sentido o presente estudo tem por objetivo evidenciar os índices de investimentos em meio ambiente e relacioná-lo com a receita líquida, demonstrados por indicadores ambientais extraídos dos Balanços Sociais publicados pelas empresas de Mato Grosso no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no período compreendido entre 2010 e 2015. A metodologia utilizada é a descritiva exploratória através da análise documental, tendo em vista que as informações foram extraídas dos Balanços Sociais divulgados no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelas empresas objeto da pesquisa. Inicialmente, foram identificados os Balanços Sociais (240 unidades) divulgados entre os anos de 2010 a 2016, posteriormente foram agrupados conforme modelo proposto pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, só então foram identificados aqueles que continham investimentos externos no meio ambiente. Para o estudo em questão foram consideradas apenas os Balanços Sociais das empresas que realizaram e divulgaram investimentos relacionados ao meio ambiente. Foi feita análise dos Indicadores Econômicos – Receita Líquida e Indicadores Sociais Externos – Investimento em Meio Ambiente das empresas. A análise dos resultados demonstrou que somente as empresas de médio e grande porte efetuaram investimento na área ambiental, sendo o setor de comércio o que mais realiza investimentos em meio ambiente. Os investimentos demonstrados em Balanço Social são quase que em sua totalidade realizados para melhoramento da gestão ambiental das empresas, no entanto o que se percebe é que ainda falta uma maior preocupação no tocante a qualidade das informações divulgadas que ainda carecem de melhorias, pois a grande maioria dos Balanços Sociais não possui todas as informações necessárias para que o leitor consiga identificar e compreender as ações de responsabilidade social corporativa de maneira clara.

Palavras-chave: Balanço Social; Ciências Ambientais; Indicadores Sociais

EVIDENTIATION OF THE ENVIRONMENTAL INDICATORS DISCLOSED BY THE COMPANIES WITH CERTIFICATION OF SOCIAL RESPONSIBILITY OF THE STATE OF MATO GROSSO

AUTHOR: ELISANDRA BEATRIZ LOFFLER
ADVISOR: JULIO CESAR RAPOSO DE ALMEIDA

ABSTRACT

The disclosure of the Social Balance Sheet has been a demonstration tool to demonstrate the economic, social and environmental relations of companies towards society and the environment. It is a mechanism used for the companies to publicly demonstrate their intentions and social-environmental commitments, providing for the transparency of their actions regarding corporate social responsibility. The Social Balance Sheet is also a way for the company to expose society that is not only concerned with generating profits, but with accountability for its performance over the use and appropriation of natural resources. In this sense, the objective of this study is to show the indices of investments in the environment and to relate them to net revenue, as demonstrated by environmental indicators extracted from the Social Balance sheets published by the companies of Mato Grosso on the website of the Legislative Assembly of the State of Mato Grosso, in the period between 2010 and 2015. The methodology used is descriptive exploratory through documentary analysis, considering that the information was extracted from the Social Balance Sheet published on the website of the Legislative Assembly of the State of Mato Grosso by the companies object of the research. Initially, the Social Balance Sheet (240 units) disclosed between the years 2010 to 2016 were identified, later grouped according to the model proposed by the Legislative Assembly of the State of Mato Grosso, only then were identified those that contained external investments in the environment. For the study in question, only the Social Balance sheets of the companies that made and disclosed investments related to the environment were considered, in a total of 100 Social Balance Sheets. An analysis was made of the Economic Indicators - Net Revenue and External Social Indicators - Investment in the Environment of companies. The analysis of the results showed that only the medium and large companies made investments in the environmental area, and the commercial sector is the one that most invests in the environment. The investments shown in the Social Balance Sheet are almost all carried out to improve the environmental management of companies, however what is perceived is that there is still a greater concern regarding the quality of the information disclosed that still needs to be improved, since the great most of the Social Balance sheets do not have all the necessary information so that the reader can identify and understand the actions of corporate social responsibility in a clear way.

Keywords: Social Balance; Environmental Sciences; Social Indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Análise da evolução da participação das empresas na divulgação de Balanço Social através do site Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.....31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução das legislações que tratam do Balanço Social no Brasil.....	20
Tabela 2 - Amostra da pesquisa por ano.....	27
Tabela 3 - Comparativo da amostra inicial dos Balanços Sociais com os que dispunham de investimento no meio ambiente.....	30
Tabela 4 - Distribuição do número de empresas (absoluto e relativo) quanto ao setor de atuação entre os anos de 2010 e 2015.....	32
Tabela 5 - Participação dos Indicadores Externos – Meio Ambiente na Receita Líquida.....	34
Tabela 6 - Investimento Ambiente Externo – Meio Ambiente por atividades.....	35
Tabela 7 - Ações de Investimentos Ambientais – Processos Produtivos e Operacionais.....	36
Tabela 8 - Ações de Investimentos Ambientais – Projetos Ambientais e Educação Ambiental.....	37
Tabela 9 - Forma de Divulgação de Ação dos Investimentos Ambientais - Balanço Social (BS), website.....	39

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACDE	Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas no Brasil
ALMT	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
BS	Balanco Social
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CISER	Companhia Industrial Hans Carlos Schneider
DO	Diário oficial
DVA	Demonstração de Valor Adicionado
EPP	Empresas de Pequeno Porte
FIDES	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GRI	Global Reporting Initiative
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBDN	Instituto Brasileiro de Defesa a Natureza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UNIAPAC	União Internacional Cristão de Dirigentes de Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo Geral	13
2.2 Objetivos Específicos	13
3 REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1 Balanço Social.....	14
3.1.1 Balanço Social: Origem e Modelos Mundialmente Conhecidos	17
3.1.2 Balanço social no Brasil: Origem, legislação e modelo IBASE.....	18
3.1.3 Certificação de responsabilidade social de Mato Grosso	22
3.2 Responsabilidade social e ambiental das empresas	23
4 MATERIAL E MÉTODOS	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
5.1 Caracterização das empresas.....	30
5.2 Análise da evolução da participação das empresas na divulgação do Balanço Social (2006/2016)	31
5.2.1 Análise dos indicadores do balanço social	33
5.3 Identificação das ações de investimento ambiental	36
5.4 Formas de divulgação do Balanço Social e sua evolução.....	38
6 CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXO I.....	46

1 INTRODUÇÃO

O tema responsabilidade social é assunto de ampla discussão na literatura. Neste sentido, foram criados instrumentos para evidenciação da responsabilidade socioambiental das empresas. Atualmente, a ferramenta mais conhecida no Brasil é o Balanço Social, que é visto como um instrumento de informações da empresa para com os usuários. A sua existência se justifica porque as empresas devem provar que o seu custo benefício é positivo, ou seja, a empresa deve agregar valor à economia e a sociedade, respeitar os direitos humanos e ainda demonstrar que todo seu processo operacional é desenvolvido com a preocupação de não agredir o meio ambiente (Costa, 2012).

No Brasil, o modelo de Balanço Social mais difundido é o desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, segundo Instituto Ethos (2011). No mundo, o modelo mais conhecido e utilizado é o desenvolvido pela Global Reporting Initiative – GRI, segundo Dow Jones (2011). Tanto o modelo IBASE quanto o GRI e tantos outros modelos são utilizados pelas empresas como forma de divulgação de suas ações, sendo seu acesso permitido aos mais diferentes usuários.

Costa (2012) afirma que cada vez mais as empresas devem tratar suas ações sociais de maneira profissional para assegurar a transparência daquilo a que ela se comprometeu, garantindo assim fortalecimento da sua imagem institucional, aumento da produtividade dos empregados e conseqüentemente aumento da sua participação no mercado.

Em virtude da relevância do tema, desde 2006 a Assembleia Legislativa por meio da Lei n.7.687/2002 criou o Certificado de Responsabilidade Social de Mato Grosso. Esse certificado reconhece publicamente aquelas organizações que apresentarem o Balanço Social conforme determinado em Edital específico todos os anos. Entende-se que essa iniciativa é de suma importância, pois segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) o Estado de Mato Grosso possuía no ano de 2015, 89.712 empresas em atividades, em comparação aquelas que divulgaram o Balanço Social no Estado no mesmo período, equivale a uma parcela de apenas 0,05%. Tornando evidente, assim, a necessidade de maior divulgação e discussão acerca do assunto, ainda mais em se tratando de um Estado que possui em seu território três dos principais biomas brasileiros, o Bioma Amazônico, Cerrado

e Pantanal. O Bioma Amazônia ocupa uma área de 48.099.194,6875 ha, o que representa 53% do território mato-grossense. Já o Bioma Cerrado ocupa uma área de 35.984.775,4974 ha, representando 40%, enquanto o Bioma Pantanal ocupa uma área de 6.110.286,5496 ha, o que representa 7% da área total do Estado (IPAM, 2017).

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é identificar as ações de investimento realizado no Indicador Externo – Meio Ambiente pelas empresas que divulgam Balanço Social no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso no período de 2010 a 2015.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar os indicadores Ambientais Externos – Interação com Meio ambiente das empresas que divulgam Balanço Social via site Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

2.2 Objetivos Específicos

Demonstrar os índices de investimento sociais externos – interação com meio ambiente das empresas certificadas pela ALMT - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;

Identificar as ações dos investimentos realizados no meio ambiente;

Identificar a forma de divulgação das ações de investimentos no meio ambiente.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Balanço Social

O Balanço Social pode ser entendido como Relatório de Sustentabilidade Empresarial, Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental, além de outros termos. Este instrumento possui por objetivo produzir materiais informativos a respeito das relações entre empresa e o meio ambiente e suas questões sociais (Silva et al., 2012). Em outras palavras, Cunha (2002) explica que o Balanço Social se refere ao conjunto de informações responsável por demonstrar o grau de envolvimento das empresas em relação à comunidade e à sociedade que a acolheram.

De acordo com Tessmann (2011),

“O balanço social é um instrumento que vai além de uma demonstração contábil da empresa, ele mostra todos os projetos de responsabilidade social que a empresa mantém e demonstra por meio da Demonstração do Valor Adicionado o quanto ela gerou de riqueza bem como essa riqueza foi distribuída aos diversos grupos de interesse”.

Ainda, conforme Borchardt (2002) o balanço social expressa evidentemente a cidadania empresarial. E, embora sua publicação não seja legalmente exigida, cada vez mais o balanço social torna-se instrumento imprescindível para a gestão de empresas. Para Silva et al., (2012), um dos objetivos do balanço social consiste em informar de forma transparente o desempenho das entidades aliado às informações econômicas e sociais, direcionado aos diferentes usuários da contabilidade. Além de constituir instrumento de gestão estratégica por demonstrar todo o investimento que fora realizado em benefício de seus colaboradores e comunidade, com demonstração da distribuição da riqueza gerada.

De acordo com Nogueira et al., 2017, o balanço social tem por finalidade tornar pública a responsabilidade social das organizações, pois é capaz de fornecer informações contábeis a respeito de políticas internas voltadas em benefício aos seus empregados, bem como a qualidade de vida das instituições, como: a formação e

distribuição de riqueza e a postura das entidades frente ao meio ambiente e às contribuições sociais.

Há dois modelos de publicação do balanço social: Nacional e Internacional. O primeiro é proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), já o segundo pela Global Reporting Initiative (GRI). O modelo nacional (IBASE) foi lançado em 1997 e nele estão contidas informações, em planilhas, dos gastos sobre folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários e a participação nos lucros, como também estão detalhadas os investimentos no meio ambiente e investimentos externos, como educação, cultura, saúde, etc. O GRI, também lançado em 1997, tem por objetivo disseminar um modelo de balanço social padronizado, criando instrumento que permita comparações entre as empresas quanto ao desempenho obtido e o desafio e soluções encontradas (CARDOSO E SAITO, 2007).

Vários estudos já foram realizados acerca do Balanço Social, Borchardt (2002) explorou informações acerca de empresas da região metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná que evidenciaram o balanço social como instrumento de acompanhamento de sua responsabilidade social. De acordo com o autor, as empresas em estudo apresentaram elevada preocupação com a preservação do meio ambiente, pois apresentaram investimentos em capacitação profissional e qualidade de vida na comunidade onde estão inseridas. Como consequência do investimento em capacitação de funcionários, as empresas notaram melhoria na qualidade de produção, aumentando seus resultados. Os investimentos voltados para a preservação do meio ambiente contemplam programas de preservação dos rios bem como a reciclagem de lixo.

Pinto e Ribeiro (2004) avaliaram o conteúdo das informações que estão sendo fornecidas pelas maiores indústrias (maiores de acordo com o número de empregados) do Estado de Santa Catarina. Por fim, a pesquisa mostrou que o Balanço Social vem sendo bastante difundido entre as empresas estudadas, porém em modelos diferentes; os indicadores divulgados são os mais variados; há ausência de algumas informações relevantes; os dados são de apenas dois períodos, fazendo com que os Balanços Sociais deixem de propiciar aos usuários uma utilidade mais ampla.

A pesquisa conduzida por Calixto (2008) junto a companhias brasileiras públicas e privadas do setor de energia elétrica teve como objetivo analisar

comparativamente as informações sociais e ambientais de uma amostra das empresas desse setor no período de 1997 a 2006. Com a aplicação de técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo, a autora identificou que a divulgação de informações socioambientais nas empresas do setor de energia elétrica ocorre predominantemente através do Balanço Social e está relacionada com a questão legal e com os impactos provocados por suas atividades, que são de grandes proporções.

Com base em pesquisas bibliográficas de caráter exploratório e descritivo e análise detalhada de demonstrações contábeis, Dantas (2011) analisou a empresa CISER – Cia Industrial Hans Carlos Schneider a fim de coletar informações quanto aos investimentos sociais internos e externos da empresa com o objetivo de elaborar o Balanço Social e mensurar sua responsabilidade social. Com base nos resultados do autor, constatou-se a postura ética da empresa, focada em investimentos de preservação ambiental e respeito à sociedade por dispor de produtos de qualidade além de contribuir para o bem-estar social.

A pesquisa conduzida por Penedo (2011) junto a empresas sucroalcooleiras teve como objetivo analisar os limites e possibilidades dos balanços sociais no processo de divulgação das práticas socioambientais nas usinas de açúcar e álcool. Com a pesquisa em campo e informações secundárias provenientes dos balanços sociais publicados pelas usinas no período de 2001 a 2008, o autor concluiu que as empresas divulgam o que considera conveniente, omitindo dados para encobrir deficiência dos investimentos em iniciativas socioambientais.

Em um estudo realizado por Silva et al., (2012) sobre empresas que receberam o selo IBASE de divulgação de balanço social, os autores observaram que as empresas receptoras do selo IBASE divulgaram seu balanço social voltado para indicadores sociais, com o objetivo de demonstrar a relação da entidade com os seus respectivos recursos humanos, contendo indicadores do corpo funcional, posteriormente com a sociedade e por último o meio ambiente.

Para examinar a associação entre a Receita Líquida e os Indicadores Socioambientais extraídos dos Balanços Sociais publicados pelas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, Oro et al., (2013) verificaram através do Balanço Social a participação na Receita Líquida das empresas pesquisadas. Os resultados da pesquisa indicaram que em geral, os

Indicadores Socioambientais se correlacionam positivamente com a Receita Líquida, de modo que as empresas com maior valor em Receita Líquida também apresentam maiores valores nos Indicadores pesquisados.

Por meio da identificação de indicadores internos e externos de balanço sociais divulgados por entidades que receberam o Certificado de Responsabilidade Social de Mato Grosso nas edições de 2011 e 2012, como também a sua forma de publicação, Ponçoni e Franco (2015) obtiveram resultados que remetem a padronização de um modelo de divulgação de balanço social que não contempla a demonstração do valor adicionado (DVA). Os autores ainda concluem que empresas de pequeno porte tiveram menor participação na divulgação de seus dados.

No âmbito do setor bancário, Bras (2015) investigou as demonstrações sociais do Banco do Brasil entre os anos de 2010 a 2014 a fim de identificar de que forma a instituição aplica e demonstra seus investimentos em responsabilidade social. De acordo com o autor, foi comprovado que o Banco do Brasil investe em variadas áreas de responsabilidade social na constância do período de estudo, porém as categorias de investimentos são divergentes entre si.

3.1.1 Balanço Social: Origem e Modelos Mundialmente Conhecidos

A origem do balanço social se deu na Europa, na década de 70, e tinha por finalidade atender a demanda dos movimentos sociais que reivindicavam documentos acerca de questões de projetos sociais, condições ambientais, informações sob o aspecto do nível de emprego, condições de trabalho, remuneração e formação profissional (SILVA et al., 2012; MARTINS et al., 2002).

No ano de 1971 uma companhia alemã, chamada Steag, produziu um suposto relatório social de suas atividades. Porém, somente em 1972, foi publicado pela empresa Singer, na França, o primeiro balanço social da história das empresas. O balanço social da França merece destaque, por se tratar do primeiro país no mundo a torná-lo obrigatório. Em 12 de julho de 1977, aprovou-se a Lei nº. 77.769, que obrigava as empresas que possuíssem mais de 700 funcionários, a realização de periódicos de balanços sociais. Porém, a partir de 1982 estendeu essa exigência às que contassem com mais de 300 empregados (Martins et al., 2002; Cunha e Ribeiro, 2004). Por se

tratar de uma lei inédita, esta não contemplava várias informações de caráter econômico, como a geração do Valor Adicionado, item de grande importância econômica (Silva et al., 2012).

Para a maioria dos países, a elaboração e a publicação do balanço social são voluntárias, destacam-se, por exemplo, os países: Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Holanda e Suécia. Porém, em países como a França, Portugal e Bélgica sua divulgação é uma obrigatoriedade (Cunha e Ribeiro, 2004).

Em estudo realizado por Silva et al., (2012), os autores analisaram a estrutura do modelo do balanço social da França, este é obrigatório pela Lei nº. 77.769/77 para empresas públicas e privadas que contenham acima de 299 funcionários. O balanço social francês é dividido em sete partes: 1 - emprego, 2 - remuneração e encargos, 3 - evidenciação de higiene e segurança; 4 - evidenciação das condições de trabalho; 5 - evidenciação da formação profissional; 6 - relações profissionais; 7 - condição de vida de dependentes da empresa. Nota-se que as informações contidas no relatório são pertinentes aos colaboradores e funcionários da empresa.

Cunha e Ribeiro (2004) analisaram a estrutura do balanço social de Portugal. No país, a elaboração do balanço social tornou-se obrigatória a partir da Lei nº. 141/85 e dispõe que as empresas que possuam acima de 100 funcionários elaborem o balanço social. O modelo português divide-se em cinco partes: 1 - emprego, 2 - custo com pessoal; 3 - higiene e segurança no trabalho; 4 - formação profissional; 5 - proteção social complementar. Destaca-se, neste modelo, que as principais características se referem às questões voltadas ao ministério do emprego e da seguridade social.

3.1.2 Balanço social no Brasil: Origem, legislação e modelo IBASE

A responsabilidade social começou a ser discutida no Brasil a partir da década de 60, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas no Brasil (ACDE), membro da União Internacional Cristão de Dirigentes de Empresas (UNIAPAC), e então teve início o diálogo sobre a atuação das Entidades na sociedade em conjunto com a classe empresarial (Martins et al., 2002).

Na década de 80 foi instituída pela ACDE a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), que tinha por objetivo promover e propagar as questões sociais nas instituições com o propósito final de elaboração de um modelo de balanço social. Porém, as atividades somente foram iniciadas em meados de 90 (SILVA et al., 2012).

No Brasil, tanto a elaboração como a divulgação do balanço social não possuem uma regulamentação de âmbito nacional que institua um modelo obrigatório de balanço social, todavia, há resoluções contábeis, legislações estaduais e municipais e algumas setoriais e projetos de lei que obrigam empresas de alguns setores a elaborar o balanço social pelo modelo IBASE. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é uma instituição sem fins lucrativos, e tem como missão aprofundar a democracia, baseada nos princípios dos direitos humanos, e no estímulo à participação cidadã. A tabela 1 apresenta a evolução das resoluções brasileiras que incentivam a elaboração e publicação do balanço social.

Tabela 1 - Evolução das legislações que tratam do Balanço Social no Brasil.

ANO	RESOLUÇÃO	DECRETO
1999	Projeto de Lei nº 32/1999	“Propõe obrigatoriedade do Balanço Social para empresas privadas a partir de 100 empregados e para empresas públicas, de economia mista, permissionárias e concessionárias, independente do número de empregados” (Carvalho e Siqueira, 2012). Este projeto de lei estabelece 44 indicadores, divididos em quatro dimensões do balanço social: empregados (61%), comunidade (25%), empresa (7%) e meio ambiente (7%) (Silva et al., 2012).
2000	Lei nº 11.440/2000	Lei que institui a emissão do Certificado de Responsabilidade Social pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul às empresas que publicarem o seu Balanço Social. Inclui 34 indicadores que evidenciam a relação da empresa com: os empregados, a sociedade e o meio ambiente (Rio Grande do Sul, 2000).
2001	CRC-RJ nº 292/2001	Normativa contábil que institui a possibilidade das empresas do Estado do Rio de Janeiro que emitirem o Balanço Social receberá o Certificado de Responsabilidade Social. Os indicadores dessa Resolução não são apontados, dificultando a padronização. O contador responsável pela elaboração do relatório deverá assiná-lo, contribuindo com a transparência do relatório (Carvalho e Siqueira, 2012).
2002	Lei nº 7.687/2002	Semelhante à Lei nº 11.440/2000 do Estado do Rio Grande do Sul, regulamenta a emissão de Certificado de Responsabilidade Social para empresas privadas e organizações não governamentais que divulgarem seu balanço social (Mato Grosso, 2002).
2003	Projeto de Lei nº 1.305/2003	Propõe a instituição de controle da responsabilidade social das empresas que possuam acima de 500 funcionários, perante seus consumidores e a sociedade em geral. O referente projeto de Lei não inclui DVA – Demonstração de Valor Adicionado e nem ações de responsabilidade da empresa com o meio ambiente (BRASIL, 2003).
2003	Lei nº 2.843/2003	Conforme as demais leis estaduais apresentam as mesmas características do balanço social quanto: “a estrutura dos indicadores, no uso das notas explicativas e da auditoria independente; na apresentação de períodos comparáveis e possibilidade de comparação entre balanços sociais de diferentes empresas” (Carvalho e Siqueira, 2009).
2004	CFC nº 1.003/2004 ou NBC T 15	Estabelece normas dos “procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.” Essa norma propõe quatro vertentes: a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente. Ao total, a norma sugere 8 indicadores ambientais e 12 indicadores de cunho negativo (Carvalho e Siqueira, 2009).
2007	Lei 11.638/2007	A elaboração e divulgação do Balanço Social passaram a ser obrigatório para as companhias de capital aberto após o surgimento da Lei 11.638/07.

FONTE: A autora.

O balanço social brasileiro desenvolvido pelo IBASE, por empreendimento do sociólogo Herbert de Souza, foi lançado primeiramente como modelo largamente difundido em 1997, o modelo apresentava forma simples e padronizada de relatório. (Bras, 2015; Nogueira et al., 2017).

O modelo IBASE de balanço social compreende sete indicadores, a saber:

1 – Base de cálculo: contidos dados de receita, resultado operacional e folha de pagamento. Informam o impacto dos investimentos nas contas da empresa, além de permitir a comparação entre empresas e setores ao longo dos anos;

2 – Indicadores sociais internos: investimentos internos, obrigatórios e voluntários que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, educação, medicina no trabalho, capacitação, saúde etc.);

3 – Indicadores sociais externos: investimentos voluntários, cujo público é a sociedade em geral despesas na comunidade, como: saúde, educação, cultura e ainda, os tributos;

4 – Indicadores ambientais: investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e também que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa (educação ambiental, projetos de recuperação do meio ambiente etc.);

5 – Indicadores de corpo funcional: informações que identificam a forma que a empresa se relaciona com seu público interno (quantidade de admissões, estagiários, mulheres, homens, negros, portadores de deficiência física);

6 – Informações referentes à cidadania: ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa;

7 – Outras informações: informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais.

O modelo proposto teve seu início em 1997 e deve ser um demonstrativo anual das empresas. Nele estarão contidas informações sobre os projetos sociais e ambientais da empresa, bem como os benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade (Nogueira et al., 2017).

3.1.3 Certificação de responsabilidade social de Mato Grosso

O Certificado de Responsabilidade Social de Mato Grosso foi criado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, através da Lei nº. 7.687/2002 (MATO GROSSO, 2002). A certificação promove reconhecimento público das instituições, órgãos públicos, empresas e Organizações Sociais de Interesse Público que apresentarem seus dados em período determinado. No ano de 2017, o modelo de Balanço Social foi apresentado no dia 31 de agosto, nele está contida informações da atuação social das entidades durante o exercício de 2016. A qualidade das relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e de demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente são dados apresentados dentro do Balanço Social (ALMT, 2017).

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso criou através do ato Nº 07/07, em 02/04/2007, a chamada Comissão Mista de Responsabilidade Social que trata o Artigo 4º da Lei nº. 8.477 – D.O. 15.05.2006, a Comissão é responsável pelo estabelecimento do regulamento para concessão do certificado de Responsabilidade Social, aplicáveis aos Balanços Sociais.

De acordo com Ponçoni e Franco (2015), as empresas participantes que apresentarem os dados do balanço social dentro dos prazos estipulados recebem uma premiação. Compete à Comissão Mista, composta por representantes de entidades da sociedade civil organizada, planejar o evento anual e ainda deliberar sobre os critérios para a escolha de empresas, órgãos públicos e demais entidades para receber a premiação: o Certificado de Responsabilidade Social e o Troféu Responsabilidade Social - Destaque MT.

Existem seis categorias que são uma das premissas para se enquadrar em determinado modelo de Balanço Social: (modelo 1) micro e pequenas empresas, (modelo 2) médio e grande porte, (modelo 3) organizações do terceiro setor, (modelo 4) instituições de ensino e fundações privadas, (modelo 5) órgãos públicos e (modelo 6) empresas públicas e sociedades de economia mista (em anexo). Os demais critérios se referem ao completo preenchimento dos balanços, além da exigência em emitir declarações que a instituição não utiliza trabalho infantil, nem comete apologia ao trabalho escravo e não possui envolvimento com a prostituição, exploração sexual infantil e por fim, não esteja acometida em ações de corrupção (Ponçoni e Franco, 2015).

3.2 Responsabilidade social e ambiental das empresas

Atualmente, são claramente visíveis as transformações de ordem econômica, política, social e cultural no cenário mundial. O crescimento e intensificação da globalização representam uma grande interação no âmbito nacional e internacional de produção, mercados, hábitos sociais e culturais e conseqüentemente, essas interações estimulam o surgimento de novos modelos de relações entre instituições, mercados, organizações e sociedade, gerando impactos significativos nas formas de gestão empresarial (KON, 2013).

Nesse sentido, surge a responsabilidade social que, de forma complexa e dinâmica, é responsável por conduzir mudanças de paradigmas na gestão de empresas. Essa nova perspectiva repercute tanto na gestão empresarial como no processo produtivo em geral, destacando a importância das obrigações das instituições quanto à responsabilidade na luta contra as desigualdades sociais e econômicas, desenvolvida pelo processo de globalização (KON, 2013).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social define a Responsabilidade Social Empresarial como a forma em que uma empresa conduz seus negócios sendo corresponsável pelo desenvolvimento social. Ainda, o Instituto Ethos reconhece a empresa socialmente responsável aquela que tem a capacidade de defender os interesses de funcionários, acionistas, colaboradores, fornecedores,

comunidade, governo e meio ambiente e ainda, ser capaz de integrá-los às ações de planejamento e estratégias de suas atividades econômicas (ETHOS, 2017).

Responsabilidade social é, segundo Borchardt (2002), a relação entre a ética, a responsabilidade social e o conjunto de ações políticas e práticas empresariais que tem a finalidade de beneficiar a comunidade, os empregados, fornecedores, o meio ambiente, o governo, o Poder Público, o mercado e os acionistas concomitantemente.

Para Carrol (1979), a responsabilidade das empresas junto à sociedade não se limita a geração de rendas. O modelo de responsabilidade engloba a Responsabilidade Econômica, a Responsabilidade Legal, a Responsabilidade Ética e a Responsabilidade Discricionárias. A primeira baseia-se na produção de bens e serviços com a finalidade de obtenção de lucros. A segunda está relacionada à segurança do produto: é necessário ter padrões de segurança e obedecer às regulamentações ambientais estabelecidas pelo governo. Na Responsabilidade Ética é esperado que as empresas cumpram além do que determina a legislação e, por fim, a Responsabilidade Discricionária são ações voluntárias das empresas voltadas às ações sociais, em benefício da comunidade.

Ainda, de acordo com Carrol (1979), a responsabilidade social compreende uma série de exigências: “relações de parceria entre clientes e fornecedores, produção com qualidade, satisfação dos usuários, contribuições para o desenvolvimento da comunidade; investimentos em pesquisa tecnológica, conservação do meio ambiente, participação de funcionários nos resultados e nas decisões das empresas, respeito aos direitos dos cidadãos, não discriminação dos gêneros, raças, idades, etnias, religiões, ocupações, preferências sexuais, investimentos em segurança do trabalho e em desenvolvimento profissional”.

Para Bertoncetto e Chang Júnior (2007), a responsabilidade social empresarial consiste como exemplo prático, a fabricação de produtos corretos ambientalmente de forma que seja competitivo no mercado, aproveitando-se das oportunidades advindas por requisitos legais, uma vez que a inovação do produto possa contribuir para uma melhoria considerável para a sociedade, como por exemplo, a comercialização de produtos que beneficiem grupos específicos (crianças, portadores de necessidades especiais etc.). Dessa forma, a empresa usa de seus recursos voluntariamente em benefício às questões sociais.

Kon (2013) associa a importância da responsabilidade social das empresas com a busca do desenvolvimento sustentável de determinado país. Nessa perspectiva, a responsabilidade social empresarial pode ser variável de acordo com o porte da empresa, o setor produtivo e todas as qualidades que diferenciam a tecnologia e a cultura do ambiente empresarial. Em um primeiro momento, surge a preocupação com o meio ambiente: o envolvimento dos danos potenciais dos produtos e serviços ofertados em contrapartida com práticas sustentáveis de reciclagem, destinação de resíduos e recuperação do meio ambiente diante o esgotamento dos recursos e degradação ambiental. Ainda, as ações de responsabilidade social das empresas também podem ser beneficiadas pela difusão da educação ambiental bem como pelo estímulo do consumo consciente dos recursos.

A responsabilidade social não se faz presente somente em empresas filantrópicas ou caritativa, praticada pela iniciativa privada. Seu sentido se expande para estratégias de sustentabilidade em longo prazo, almejando privilégios sociais. De modo geral, pode a empresa criar ações cooperativas, através da participação dos resultados e lucros, fazendo destinação de parte de seus recursos em benefício de seus funcionários e familiares em parceria com a comunidade local e regional (BORCHARDT, 2002).

A cultura de responsabilidade social no Brasil ainda não é amplamente disseminada, visto que vigora com menor intensidade do que os processos do Ministério Público do Trabalho que visa ações contra o descumprimento de direitos dos trabalhadores (KON, 2013). Porém, já existem empresas e instituições sensibilizadas no país com a situação social e começam a incentivar práticas de responsabilidade social, o que contribui positivamente na imagem da empresa perante o mercado (Borchardt, 2002).

A responsabilidade ambiental empresarial, por sua vez, constitui as ações de gestão ambiental. Segundo Tinoco e Kraemer (2011), a gestão ambiental é um sistema estabelecido pelo conjunto da estrutura organizacional, das atividades de planejamento, das responsabilidades, das práticas, dos procedimentos, processos e recursos de uma empresa que buscam desenvolver, programar, atingir, analisar e manter a política ambiental. São as atividades desenvolvidas pela empresa capazes de minimizar ou extinguir os efeitos negativos no meio ambiente ocasionados pelas

atividades produtivas. A gestão ambiental pode ser explicada pela forma em que a instituição gerencia, interna e externamente, para que almeje qualidade ambiental. É um conjunto de ações que objetiva o controle do impacto ambiental sobre as atividades de produção.

As práticas ambientais, conforme Tinoco e Kraemer (2011), podem resultar em diminuição de custos, através da melhoria dos processos, reduzindo consumo de matéria-prima, água e energia, bem como, minimizando o tratamento de resíduos e efluentes, e possíveis multas. As políticas ambientais empresariais permitem a sustentabilidade do desenvolvimento nacional, uma vez que incorpora uma atenção especial à conservação do meio ambiente e criação de programas de incentivo ao uso racional dos recursos naturais pela educação ambiental, o que resulta na verdadeira valoração dos recursos hídricos e ambientais.

4 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa realizada é classificada, segundo Vergara (1998), quanto aos seus objetivos e fins como descritiva e exploratória, uma vez que ela procura descrever as características das informações divulgadas no Balanço Social das empresas em estudo, e exploratória por aprofundar as análises das informações divulgadas com maior riqueza de detalhes.

Quanto aos meios, a pesquisa é documental, tendo em vista que foram utilizados como fonte principal de dados, os Balanços Sociais disponibilizados no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e como fonte adicional os próprios Websites das empresas pesquisadas. A amostra foi intencional e não probabilística e utilizou 242 Balanços Sociais no total das edições de 2012 a 2016 (tabela 2).

As edições de 2012 a 2016 contemplam os anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, tendo em vista que o Balanço Social é divulgado contendo 02 anos consecutivos para que o leitor possa melhor analisar e interpretar os resultados informados, podendo fazer a comparação da evolução dos dados.

Tabela 2 - Amostra da pesquisa por ano.

Ano	Quantidade Balanços Sociais
2010	40
2011	40
2012	39
2013	39
2014	38
2015	46
TOTAL	242

FONTE: Adaptado Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

A escolha deste universo de pesquisa ocorreu devido as informações das empresas e seus respectivos Balanços Sociais já estarem disponíveis no website da Assembleia Legislativa, prezando pela transparência das organizações para avaliação da sua responsabilidade socioambiental.

Não foram efetuados contatos telefônicos ou via e-mail com as empresas objeto de estudo, com isso buscou-se a certeza que as informações divulgadas estão disponíveis e acessíveis a qualquer pessoa interessada nos dados.

De posse dos 242 Balanços Sociais, o primeiro passo foi separar as empresas em seis grupos (ou modelos) seguindo o mesmo critério adotado pela Assembleia Legislativa:

Modelo 1 - Microempresas e empresas de pequeno porte. (Microempresas - ME: Pessoas Jurídicas com receita bruta anual não superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); Empresas de Pequeno Porte - EPP: Pessoas Jurídicas com receita bruta anual não superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);

Modelo 2 - Empresas de Médio e Grande Porte. (Pessoas jurídicas com receita bruta anual superior a R\$ 3.600.000,00 - três milhões e seiscentos mil reais);

Modelo 3 - Organizações do Terceiro Setor;

Modelo 4 - Instituições de Ensino e Fundações Privadas;

Modelo 5 - Prefeituras, Secretarias Estaduais, Autarquias e Fundações Públicas;

Modelo 6 - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Após agrupar as organizações conforme os modelos descritos, foram separadas aquelas empresas que disponham de investimento Social Externo – Meio Ambiente, as demais organizações, mesmo tendo divulgado o Balanço Social foram desconsideradas por não possuírem qualquer tipo de investimento no Meio Ambiente.

Uma vez que os dados foram agrupados, separados e transferidos para uma planilha, bem como armazenados em arquivos o pesquisador já pode começar a analisá-lo, afirma Sampieri, Collado e Lucio (1991).

A partir daí foram elaboradas análises contendo informações objetivas, retiradas dos dados fornecidos pelas empresas ao público, sendo eles:

- **Indicadores Econômicos:** Receita Líquida (Vendas Brutas menos devoluções, descontos e impostos incidentes sobre vendas. Representa, portanto, o poder de mercado da empresa). Estes valores servem para informar o impacto dos

investimentos nas contas das empresas, além de permitir a comparação entre a receita líquida e o montante investido em ações de cunho ambiental.

- **Indicador Social Ambiente Externo:** Interação Meio Ambiente (Incluem todos os recursos empregados pela empresa em meio ambiente), que é subdividido em: Investimentos relacionados aos processos produtivos e operacionais das empresas e Projetos Sociais e Ambientais e ou ações de educação ambiental.

Deste modo, pretende-se analisar, identificar e descrever a utilização dos aspectos relativos aos indicadores ambientais e os passivos financeiros investidos no meio ambiente conforme os indicadores econômicos e sociais das empresas estudadas, utilizando-se como base uma análise dos aspectos constantes no Balanço Social.

O Balanço Social está disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e tem como objetivo identificar o perfil da atuação de empresas e entidades com vistas a avaliar os resultados econômicos e a sua relação com as ações de investimentos no meio ambiente. Como complementos da pesquisa foram identificadas ações de investimentos ambientais nas websites das empresas em questão.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização das empresas

Considerando o modelo de classificação das empresas proposto pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, nas edições de 2012 a 2016, verificou-se nestes cinco anos que a maior participação na divulgação foi realizada por empresas de médio e grande porte, com a participação de 120 empresas (49,5%), seguido das Entidades de Terceiro Setor com 85 participações (35%), Micro e Pequenas Empresas com 23 participações (10%), Prefeituras, Autarquias e Fundações com 8 participações (3%), Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista com 5 participações (2%) e por último as Instituições de Ensino com 1 participação (0,5%) (Tabela 3).

Tabela 3 - Comparativo da amostra inicial dos Balanços Sociais com os que dispunham de investimento no meio ambiente.

Classificação das empresas	Número de empresas que divulgaram seus Balanços Sociais, com percentual de participação por setor	Número de empresas que investiram no meio ambiente
Micro e pequenas empresas	23 (10%)	0
Médio e grande porte	120 (49,5%)	100
Entidades do terceiro setor	85 (35%)	0
Instituições de ensino e fundações	1 (0,5%)	0
Empresa pública e sociedade de economia mista	5 (2%)	0
Prefeituras, Autarquias e Fundações	8 (3%)	0
Total	242 (100%)	100

FONTE: Adaptado Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Pode-se observar que da amostra inicial, somente as empresas de porte médio e grande (modelo 2) apresentaram investimentos relacionados ao meio ambiente. Vale ressaltar que o seguimento apresentou 120 empresas que divulgaram o Balanço Social, porém destas somente 100 apresentaram algum investimento no meio ambiente. Os demais modelos não apresentaram qualquer forma de evidência ambiental.

5.2. Análise da evolução da participação das empresas na divulgação do Balanço Social (2006/2016)

A análise do número de participações das empresas na divulgação do Balanço Social entre os anos de 2006 a 2016 demonstra a evolução crescente do interesse das empresas em validar seus investimentos em ações sociais e ambientais (Figura 1).

Ao observar os dez anos, nota-se um crescimento gradual da participação das empresas na divulgação do Balanço Social, aumentando de cinco empresas em 2006 e 46 em 2016, representando um crescimento nos últimos 10 anos de 820% (Figura 1). O aumento do número de empresas que tiveram seu Balanço Social divulgados demonstra a preocupação por parte dos gestores em garantir a melhoria de seus processos, pois reflete as iniciativas que contribuem para a qualidade de vida da organização e de seus empregados, como também as ações voltadas ao meio ambiente, demonstrando os investimentos que objetivam incrementar a qualidade ambiental nas operações das empresas.



Figura 1 – Análise da evolução da participação das empresas na divulgação de Balanço Social através do site Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

FONTE: Adaptado Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Neste sentido, Borchardt (2002) explica que, embora a divulgação do Balanço Social não seja obrigatória, ele expressa evidentemente a cidadania empresarial, além de ser um instrumento imprescindível para a gestão de empresas.

Vale ressaltar que o Balanço Social prioriza a transparência das ações de empresas que atuam no Brasil, disponibilizando de maneira simples e clara informações confiáveis, íntegras e úteis aos usuários. No entanto, pelos relatórios dos Balanços Sociais avaliados, nota-se a participação de uma parcela quase irrisória de empresas que priorizam pela transparência, pois estas não apresentam a totalidade das ações de investimentos sociais e ambientais realizados. Segundo IBGE (2016) o Estado de Mato Grosso possuía no ano de 2015, 89.712 empresas em atividades, em comparação aquelas que divulgaram o Balanço Social no Estado no mesmo período, equivale a uma parcela de apenas 0,05%.

Dos 100 Balanços Sociais pesquisados, 39 pertenciam ao ramo de comércio, 32 ao setor industrial e 29 ao setor de serviços (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição do número de empresas (absoluto e relativo) quanto ao setor de atuação entre os anos de 2010 e 2015.

	Comércio	Indústria	Serviços	Total de empresas por ano
2010	7 (43,8%)	5 (31,2%)	4 (25%)	16
2011	7 (38,9%)	5 (27,8%)	6 (33,3%)	18
2012	6 (35,3%)	4 (23,5%)	7 (41,2%)	17
2013	5 (35,7%)	5 (35,7%)	4 (28,6%)	14
2014	7 (41,2%)	6 (35,3%)	4 (23,5%)	17
2015	7 (38,9%)	7 (38,9%)	4 (22,2%)	18
Total de empresas por setor	39	32	29	

FONTE: A autora.

Diante da crescente preocupação ambiental e a necessidade da publicação das políticas e ações das organizações, é possível notar maior participação do setor de comércio no Estado de Mato Grosso na divulgação do Balanço Social. Essa evidenciação pode ser explicada pelos impactos ambientais advindos das atividades econômicas do Estado, voltado principalmente para a agricultura, a pecuária e ao extrativismo (SEPLAN, 2014).

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE (2016):

A agropecuária participou com 21,0% do valor adicionado bruto estadual em 2014, e continua sendo um importante propulsor do crescimento econômico (10,8%), notadamente a agricultura. Em 2014, a dinâmica principal adveio do cultivo da soja (12,5%), maior produtor nacional com 26,4 milhões de toneladas e que caracterizou-se principalmente pelo incremento de áreas em 8,5% em relação a 2013, e cultivo do algodão (24,2%), onde o estado foi o maior produtor com participação de cerca de 57% da produção nacional, com 2,3 milhões de toneladas.

Existe uma grande preocupação ambiental acerca dos impactos causados pelas atividades de produção no Estado de Mato Grosso. Segundo Costa et al (2018) em pesquisa realizada no Estado de Mato Grosso, os principais impactos ambientais causados pela da agropecuária, são:

- A eliminação ou redução da fauna e flora nativas, como consequência do desmatamento de áreas para o cultivo de pastagens;
- O aumento da degradação e perdas de nutrientes dos solos, em especial devido ao pisoteio intensivo e à utilização do fogo;
- A contaminação dos produtos de origem animal, devido ao uso inadequado de produtos veterinários para o tratamento de enfermidades dos animais e de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas pastagens.

Desta forma, observa-se que no Estado do Mato Grosso as empresas ainda precisam de uma conscientização maior acerca de suas responsabilidades socioambientais, e que realmente assumam o compromisso da divulgação de suas ações através do Balanço Social.

5.2.1 Análise dos indicadores do balanço social

Os indicadores sociais apresentados no Balanço Social demonstram o quanto as empresas estão comprometidas e preocupadas com a comunidade, o meio ambiente e a sociedade em geral, porque são demonstrados todos valores investidos em cada área.

Analisando a Receita Líquida no ano de 2010 encontramos investimentos em meio ambiente de 0,61% sob a receita líquida, uma média de aproximadamente 3.300 milhões por empresa anualmente (tabela 5).

No ano de 2011, apesar do aumento na participação das empresas que passou de 16 para 18, houve queda nos investimentos ambientais praticados pelas mesmas, resultando num percentual de 0,53% em relação a receita líquida e média de investimentos ambientais de aproximadamente de 3.100 milhões por empresa (tabela 5).

No ano de 2012, a participação das empresas teve pequena queda, porém o investimento ambiental apresentou média de investimentos de 4.300 milhões por empresa, resultando num percentual de 0,58% em relação a receita líquida (tabela 5).

No ano de 2013, observou-se nova queda na participação das empresas, apresentando a menor média de investimentos nos anos pesquisados, com percentual de 0,21% de investimentos em relação a receita líquida e média de aproximadamente 1.700 milhões investidos por empresa (tabela 5).

No ano de 2014 houve maior participação das empresas, de 14 (2013) para 17 (2014), tem-se a melhor média de investimentos chegando a quase 1% da receita líquida. Também foi encontrado a melhor média de investimentos por empresa, aproximadamente 6.800 milhões (tabela 5).

No ano de 2015 tem-se aumento de 1 empresa, porém diminuição nos investimentos ambientais, chegando ao percentual de 0,56% em relação a receita líquida e média de investimento de 1.300 milhões por empresa (tabela 5).

Tabela 5 - Participação dos Indicadores Externos – Meio Ambiente na Receita Líquida

Ano	Quantidade Empresas	Receita Líquida R\$	Investimento em Meio Ambiente R\$	Percentual de investimento em relação a receita líquida %
2010	16	8.638.878.710,72	53.404.493,25	0,61
2011	18	10.436.880.479,44	55.845.200,24	0,53
2012	17	12.779.844.376,69	74.671.291,29	0,58
2013	14	11.329.176.710,17	24.268.547,19	0,21
2014	17	11.877.864.398,64	115.764.167,12	0,97
2015	18	20.201.326.505,26	113.047.115,56	0,55
Total	100	75.263.971.180,92		0,89
	437.000.814,65			

FONTE: Dados da pesquisa.

Destaca-se o fato de que as empresas avaliadas não apresentaram valores significativos em relação aos investimentos ambientais, comparados aos valores de receita líquida, visto que o maior percentual de investimento foi de 0,97% no ano de 2014 e o menor percentual foi de 0,21% no ano de 2013. Os resultados encontrados vão de encontro ao estudo de Schuster et al., (2016) pois em relação aos indicadores ambientais, as empresas avaliadas pelos autores apresentaram percentuais de investimentos incipientes, sendo que no ano de 2014 a empresa CEMIG apresentou o menor percentual (0,27%) de investimento da receita líquida em relação ao investimento ambiental e o maior percentual foi de 4,45% pela empresa RENOVA.

Novelini e Krauter (2011), analisando os balanços sociais de companhias listadas no Índice de Sustentabilidade Ambiental, observaram que entre os anos 2008 e 2009 empresas como a Redecard e Light apresentaram 0% de investimentos ambientais sobre a receita líquida e a empresa Tractebel contribuiu com maior porcentagem de investimento, representado por 3,12% de investimentos no meio ambiente. Segundo os autores, apesar da preocupação crescente com a questão ambiental, os investimentos das empresas na área são ainda incipientes.

Ao analisar os investimentos entre os setores, nota-se que o setor de comércio foi o que realizou maiores investimentos em meio ambiente se equiparado aos setores da indústria e serviços. Na Tabela 6 ficam destacados os valores dos investimentos em Educação Ambiental e Projetos Ambientais por atividade, observa-se que, em termos de valor investido, comércio e serviços apresentam aproximadamente os mesmos valores (6.485.677,89 e 6.141.221,17, respectivamente), porém, em relação à porcentagem de investimentos em processos produtivos e Operacionais o setor comércio investiu 294.428.277,00, enquanto serviços têm investimento de 61.742.256,07. O setor de indústria e serviços seguem com valores de investimentos totais aproximados, em termos percentuais a indústria investiu 0,46% a mais que o setor de serviços (Tabela 6).

Tabela 6 - Investimento Ambiente Externo – Meio Ambiente por atividades.

	Investimento Processos produtivos e Operacionais		Investimentos em Educação Ambiental e Projetos Ambientais		Total Investido
	R\$	%	R\$	%	R\$
Comércio	294.428.277,00	98	6.485.677,89	2	300.913.944,89
Indústria	65.462.075,00	96	2.741.317,52	4	68.203.392,52
Serviços	61.742.256,07	91	6.141.221,17	9	67.883.477,24

FONTE: Dados da pesquisa.

No que tange as informações divulgadas no Balanço Social, percebe-se que a maioria das ações de investimentos ambientais refere-se a investimentos em Processos produtivos e operacionais das empresas, independentemente das atividades dos setores. De modo geral, as empresas apresentaram seus investimentos ambientais pela expressão de valores monetários.

Em processos produtivos e operacionais, os investimentos são o que ganham mais destaque porque as vantagens advêm tanto para as organizações como para o meio ambiente, segundo Kraemer (2004), reduz-se os riscos ambientais da atividade

da empresa, tais como emissões de efluentes, acidentes, entre outros e a adoção destas práticas originam redução de custos porque busca pela melhoria da eficiência dos processos produtivos o que resulta em redução de consumo de matéria prima, água, energia e possíveis passivos ambientais, tais como multas e indenizações.

5.3 Identificação das ações de investimento ambiental

Para as empresas é tão importante agir corretamente, quanto divulgar suas ações de responsabilidade socioambiental, demonstrando o que elas têm feito para minimizar os impactos causados por suas atividades.

As ações de investimentos ambientais divulgadas no Balanço Social as edições de 2012 a 2016, de maneira geral, estão voltadas para o sistema de gestão ambiental, adequação a legislação pertinente a ainda ao tratamento de resíduos e destinação correta do lixo (tabela 7).

Tabela 7 - Ações de Investimentos Ambientais – Processos Produtivos e Operacionais.

Empresa	Edições	Ações
Grupo Amaggi	2013 a 2016	Aquisição de propriedade para projeto de reflorestamento. Investimento na gestão ambiental e manutenção da gestão. Investimento em tecnologias de cunho ambiental. Investimento em adequação de solo para plantio.
Fiagril	2016	Investimento em gestão ambiental. Coleta de óleo de cozinha. Pesquisas para melhoramento do processo produtivo na geração de energia limpa. Gestão correta de resíduos sólidos. Avaliação dos impactos ambientais e licenciamento ambiental. Projeto de compensação de gases do efeito estufa.
Plastibras	2015 e 2016	Transformação de embalagens de defensivos agrícolas em eletrodutos, dutos e drenos. Distribuição e plantio de 7.000 mil mudas e sementes de árvores. Reuso de 100% da água no processo produtivo. Neutralização de carbono nos processos produtivos, administrativo e comercial.
Puríssima	2012 a 2016	Plantio de árvores nativas, frutíferas e ornamentais em toda extensão dos arredores da indústria. Preservação de 320 hectares (APP). Tratamento de efluentes. Reciclagem e coleta seletiva
HPrint	2012 e 2013	Investimentos na manutenção da ISO 9001 e 14001, incluindo consultoria, destinação correta resíduos e investimento em programa de intervenção de incêndio.

FONTE: A autora.

Neste sentido, Tinoco e Kraemer (2011) afirmam que as empresas que investem em gestão ambiental, adquirem benefícios, sendo eles:

- **Economia de custos:** redução do consumo de água, energia e outros insumos; reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes; redução de multas e penalidades por poluição;
- **Incremento de receita:** aumento da participação no mercado; linha de novos produtos para novos mercados; aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição;
- **Benefícios estratégicos:** melhoria na imagem institucional; aumento da produtividade; melhoria nas relações de trabalho; melhor adequação ambiental, entre outros.

Dessa forma, as empresas tendem a ter redução de custos seja por meio da redução de consumo de água, energia devido a utilização de tecnologias limpas, bem como evitando com que elas adquiram passivos ambientais através de multas ou na recuperação de poluição causada por sua atividade. Em consequência destas ações e investimentos as empresas em questão tendem a gerar melhorias na imagem institucional.

Além disso, os investimentos em projetos ambientais e educação ambiental realizados pelas empresas, tais como palestras com assuntos relacionados ao meio ambiente, se tornam imprescindíveis para conscientização do uso de recursos naturais, sendo estas voltadas para jovens, a comunidade em geral e os próprios funcionários das organizações (tabela 8).

Tabela 8 - Ações de Investimentos Ambientais – Projetos Ambientais e Educação Ambiental.

Empresa	Edições	Ações
Grupo Amaggi	2013 a 2016	Palestras
Fiagril	2016	Palestras
Plastibras	2015 e 2016	Palestras
Puríssima	2012 a 2016	Palestras, visitas à fábrica e treinamento dos colaboradores.
HPrint	2012 e 2013	Palestras

FONTE: A autora.

O Instituto Brasileiro de Defesa a Natureza – IBDN (2017) afirma que estas ações são de suma importância, pois a educação ambiental trás o estímulo para o

desenvolvimento sustentável, ou seja, se a educação ambiental estiver integrada com a educação básica, o indivíduo passa a realizar atitudes sustentáveis no seu cotidiano como a coleta seletiva, economia de energia e água, podendo ainda transmitir essas informações e conscientização a pessoas do seu bairro, cidades, estados e países.

O IBDN (2018) ainda considera como benefícios das ações de educação ambiental: construção de uma sociedade consciente, agindo como papel transformador do indivíduo; melhora a qualidade de vida e saúde criando ambientes saudáveis; contribui para o desenvolvimento de potenciais empreendedores com visão mais crítica e novas ideias de negócios; gera renda e emprego; estimula o consumo consciente, pois a população já consome 30% a mais de recursos naturais que o planeta é capaz de renovar levando em consideração que todo consumo gera impacto ambiental.

Todas essas ações evidenciadas em Balanço Social, investimentos em processos produtivos e operacionais e investimentos em Projetos ambientais e de educação ambiental pelas empresas contribuem para afirmar seu compromisso ambiental e demonstrar sua responsabilidade e preocupação com o meio ambiente.

Não foi possível averiguar se os valores de investimentos no meio ambiente publicados nos Balanços Sociais foram realmente investidos nas áreas conforme publicação. Assumimos que os relatórios divulgados de 2012 a 2016 são verossímeis com as suas atitudes, comportamentos e estão de acordo com os valores apresentados no Balanço Social.

5.4 Formas de divulgação de ações de investimentos ambientais

O Balanço Social é uma ferramenta de gestão e de informação que tem por objetivo evidenciar de forma transparente, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, da performance das empresas, aos mais distintos usuários (TINOCO E KRAEMER, 2011).

Em virtude da não obrigatoriedade da divulgação do Balanço Social, muitas empresas deixam de fazê-lo, isso é tema de discussão, pois quem defende a obrigatoriedade entende que é mais fácil avaliar a função socioambiental das empresas em virtude da divulgação. Por outro lado, os que defendem a não

obrigatoriedade acreditam que o mercado e a comunidade devem evoluir e amadurecer primeiro para não consentir com um modelo de balanço social engessado, tendo em vista que o modelo padrão pode não ser o adequado a todas as atividades e setores da economia. (RIBEIRO, 2006).

Neste sentido, quando observamos as informações contidas no Balanço Social, em especial os investimentos ambientais, notamos que as ações de investimentos das empresas nem sempre são divulgadas ou transparentes. Nos Balanços Sociais analisados apenas 18% evidenciam as ações de investimentos ambientais, 32% divulgam suas ações através do website da empresa e 50% não divulgam qualquer tipo de informação de ações de investimento ambiental (tabela 9). Vale destacar que dentre todos os Balanços Sociais analisados apenas as empresas Grupo Amaggi e Fiagril, reportaram informações de ações de investimento ambiental tanto no Balanço Social quanto no website.

Tabela 9 - Forma de Divulgação de Ação dos Investimentos Ambientais - Balanço Social (BS), website, não divulgam.

Ano	BS	%	Site	%	Não Divulgam	%
2010	3	19	5	31	8	50
2011	2	11	6	33	10	56
2012	3	18	5	29	9	53
2013	2	14	5	36	7	50
2014	4	22	6	33	8	45
2015	5	26	6	32	8	42
Média		18		32		50

FONTE: A autora.

Cunha et al. (2004) realizou uma pesquisa para avaliar o tipo de informações fornecidas no Balanço Social de 284 empresas que publicaram seu relatório no ano de 2003, retirado do cadastro mantido pela FIPECAFI para edição anual de melhores a maiores empresas segundo a revista Exame. O resultado encontrado foi que a informação mais frequente no Balanço Social é referente a recursos humanos e ainda apenas 1,06% das empresas prestaram informações em todos os níveis de detalhes analisados.

A forma de divulgação do Balanço Social ainda é muito discutida, pois o intuito da divulgação é demonstrar transparência em suas ações e sua postura responsável, mas o que vemos segundo Siqueira e Vidal (2002) são falhas ao mostrar aos usuários

o verdadeiro impacto destas organizações na sociedade, seja este impacto positivo ou negativo.

Moraes e Souza (2002) afirmam que a falta de regras definidas para divulgação do conteúdo dos Balanços Sociais faculta as empresas a informarem somente o que desejam, ainda afirma que se este documento for muito flexível ele acaba por não cumprir seu propósito de transparência.

Neste sentido, as empresas em estudo cumprem seu papel na divulgação do balanço social, evidenciando transparência, como sugere Tinoco e Kraemer (2011) quando afirmam que as empresas têm por dever comunicar os dados, atividades e responsabilidades, de maneira exata, cabendo aos usuários avaliarem, compreenderem e se, necessário criticarem as informações apresentadas. Apesar de demonstrarem transparência divulgando o Balanço Social, este ainda precisa ser melhorado, pois não evidencia todas as informações necessárias, transmitindo, assim, relatórios com pouca qualidade.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou analisar as ações de investimentos ambientais pelas empresas que tiveram seu Balanço Social publicados no site da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, no período de 2010 a 2016, atingindo seu objetivo ao final da investigação.

A análise mostrou que as participações das empresas na divulgação do Balanço Social seguiram uma tendência crescente, demonstrando a importância da evidenciação dos investimentos empresariais.

Os investimentos ambientais das empresas não seguiram a tendência positiva da Receita Líquida, uma vez que houve grande variação de investimentos no meio ambiente no período analisado.

Quanto à modalidade de investimento, destaca-se maiores valores monetários destinados aos Investimentos em Processos produtivos e Operacionais, destacando-se os investimentos em gestão ambiental, a aquisição de propriedades para o reflorestamento, o tratamento de efluentes e a reciclagem do lixo.

Os resultados desta pesquisa mostraram que, apesar do Balanço Social prezar pela transparência de suas ações, as empresas que divulgaram seus relatórios não apresentaram em sua totalidade as ações propriamente ditas, predominando somente informações de investimentos de cunho monetário.

REFERÊNCIAS

- ALMT – Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/institucional/responsabilidade-social/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- BERTONCELLO, Sívio Luiz Tadeu; CHANG JUNIOR, João. **A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação**. FACOM - nº 17 – 2007.
- BORCHARDT, Hartwig. **Um estudo sobre as informações que as empresas da região metropolitana de Curitiba evidenciam no balanço social enquanto instrumento de acompanhamento de sua responsabilidade social**. 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- BRAS, Roberto Ruivo. **Análise do balanço social do Banco do Brasil entre 2010 e 2014**. 2015. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 1.305. **Dispõe sobre a regulamentação da responsabilidade social das sociedades empresariais nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
- CALIXTO, L. (2008, julho/setembro). **Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?** Revista Contabilidade Vista e Revista, (ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte), 19(3), pp.123-147.
- CARDOSO, Fátima; SAITO, Patrícia. **O balanço social e a comunicação da empresa com a sociedade**. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. 6ª Edição. São Paulo, 2007. p. 136- 142.
- CARROL, Archie B., 1979. **A Three-dimensional conceptual model of corporate performance**. Academy of Management Review (pre-1986); Oct 1979; 4, 000004; ABI/INFORM.
- CARVALHO, Fernanda de M.; SIQUEIRA, José M. De. **Os indicadores ambientais nas normas de Balanço Social**. In: CONTABILIDADE AMBIENTAL E RELATÓRIOS SOCIAIS. São Paulo: Atlas, 2009, p.92-111.
- COSTA, Jodiley Mendes; SODRÉ, Helton Johnson Maia; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Impactos ambientais da pecuária no pantanal Mato-grossense município de Cáceres – MT**. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/5712.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- CUNHA, Jacqueline V. da; RIBEIRO, Maisa de S. **Evolução e diagnóstico atual do balanço social**. In: Anais. CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 2004, São Paulo. Disponível em:

<www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/281.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

CUNHA, Jaqueline. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para o funcionário**. 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

DANTAS, Fabiano. **Balanco social e a responsabilidade social nas empresas**. Revista de Ciências Gerenciais. Vol. 15 nº. 21, 2011.

Governo do Estado de Mato Grosso (2015). Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/economia>>. Acesso em 28 jan. 2018.

IBASE. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

IBDN - Instituto Brasileiro de Defesa a Natureza. **Importância de se investir em educação ambiental**. Disponível em: <<http://www.ibdn.org.br/2017/07/12/importancia-de-se-investir-em-educacao-ambiental/>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/-/3934855-pib-mato-grosso-e-municipios>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

IBGE (2016). **Número de unidades locais de empresas**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3274#resultado>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Disponível em: <<http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Iniciativa-de-Mato-Grosso.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

KON, Anita. **Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública**. Planejamento e Políticas públicas, nº 41, 2013.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira (2004). **A busca de estratégias competitivas através da gestão ambiental**. Disponível em: <<https://www.gestiopolis.com/a-busca-de-estrategias-competitivas-atraves-da-gestao-ambiental/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; SANTOS, A. D. **A relação entre o setor econômico e investimentos sociais e ambientais**. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 13, n. 3, p. 102-115, 2009.

MADEIRA, Geová José. **Origem e evolução do balanço social no Brasil**. Contabilidade Vista & Revista, v. 13, n.1 p. 105/116 – 2002. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/191/185>>. ISSN 0103-734X. Acesso em: 10 jan. 2018.

MATO GROSSO. Lei n° 7.687 de 25 de junho de 2002. **Cria o Certificado de Responsabilidade Social no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/v2008/Raiz%20Estrutura/responsabilidadesocial/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

MORAES, A. de; SOUSA, A. F. de. **A Responsabilidade Social e o Balanço Social da empresa.** São Paulo, 2002. p. 98-118.

NOGUEIRA, Tatiane Peno; SOUZA, Luciana Moro; BALZAN, Karine Matuchevski; THOMAS, Tarcio Ricardo; TRENNEPOHL, Dilson. **Balanço Social: transparência e informação um estudo de caso em uma cooperativa de crédito.** Anais. VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional. Universidade Federal da Fronteira do Sul. Cerro Largo, 2017.

NOSSA, V., CESAR, J.F., SILVA JUNIOR, A., BAPTISTA, E. C. S., & NOSSA, S. N. (2009). **A relação entre o retorno anormal e a responsabilidade social e ambiental: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006.** Brazilian Business Review, 6 (2): 121 – 136.

NOVELINI, Carolina Pasquini.; KRAUTER, Elisabeth. **Uma análise dos balanços sociais de companhias listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial.** Anais... XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 2011.

ORO, Ieda Margaret; RENNERT, Sirlei; BRAUN, Marli. **Informações de natureza socioambiental: Análise dos balanços sociais das empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial da Bm&Bovespa.** Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v.6, Edição Especial, p. 247 – 262, maio de 2013.

PENEDO, Antonio Sérgio Torres. **Limites e possibilidades do balanço social.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Carlos UFSCAR. São Carlos, 2011. 185f.

PINTO, Anacleto Laurino. RIBEIRO, Maisa de Souza. **Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina.** Rev. contab. finanç. vol.15 nº.36. São Paulo Sept./Dec. 2004.

PONÇONI, Rafaella Manhani; FRANCO, Cleiton. **Balanço social: identificação de indicadores socioeconômicos e ambientais de empresas com certificação de responsabilidade social em Mato Grosso.** Revista UNEMAT de Contabilidade Vol. 4, N° 8, 2015 ISSN: 2316-8072

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 212-232

RIO GRANDE DO SUL. Lei n° 11.440, de 18 de janeiro de 2000. **Cria o Certificado Responsabilidade Social - RS - para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2011.440.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SEPLAN. **Produto Interno Bruto do Estado do Mato Grosso** – Contas Regionais – Ano de 2014. Ano 2. 2º Edição. Novembro, 2016. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/mato-grosso/economia-do-mato-grosso/>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

SCHUSTER, Herivelton Antonio.; MORETTI, Bradley Ricardo.; KLANN, Roberto Carlos. **Evolução da conduta social das empresas: um estudo sobre o nível de investimentos em responsabilidade social no setor elétrico brasileiro. Anais...** 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2016.

SILVA, Ana Paula Ferreira; LIMA, Abani José Ribeiro; SOUZA, Erica Xavier; PEREIRA, Jairo. **Indicadores Sociais: Um Estudo Realizado nos Balanços Sociais de Empresas que Receberam o Selo IBASE.** REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 2, no 1, p. 72-86, Jan-Abr/2012.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; VIDAL, Mario César Rodríguez. **Balanços Sociais Brasileiros: Uma Análise de Seu Estágio Atual.** In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3, 2003, São Paulo/SP. Anais eletrônicos.

TESSMANN, Letícia; PEDRON, Angela Patrícia Bovolini; SILVA, Mariana Manfroi; SANTOS, Rubens. **Responsabilidade Social em Relação ao Público Interno: Um Estudo Comparativo entre as Empresas do ISE e do IBrX.** ABCustos, São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 6, n. 2, p. 01-28, mai./ago. 2011 ISSN 1980-4814

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 3º Edição. São Paulo, Editora Atlas – 2011. p. 126-156.

ANEXO I

MODELO 1

Balanço Social		
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE		
1 – Mensagem do Presidente		OBRIGATÓRIA
Mensagem do Gestor máximo da empresa validando os números apresentados no Balanço Social e declarando que a empresa não utiliza trabalho infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.		
IDENTIFICAÇÃO		
RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL:		CNPJ:
ENDEREÇO:		
RAMO DE ATIVIDADE:		
OPTANTE SIMPLES:		() Municipal () Estadual () Federal
INDICADORES ECONOMICOS	2016	2015
	Valores (mil reais)	Valores (mil reais)
RECEITA BRUTA		
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		
FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS		
INDICADORES SOCIAIS		
AMBIENTE INTERNO	2016	2015
	Valores (mil reais)	Valores (mil reais)
Saúde e Alimentação		
Segurança e Medicina do Trabalho		
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		
Educação		
Outros		
Total	0	0
CORPO FUNCIONAL		
Total Geral de Empregados em 31/12		
Total de Admissões		
Total de Demissões		
Total de Estagiários em 31/12		
Total de Empregados portadores de necessidades especiais		
Total de Prestadores de Serviços Terceirizados em 31/12		
Total de Empregados por Sexo	Feminino: Masculino:	Feminino: Masculino:
Total de Empregados por faixa etária	Menores Aprendizizes: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:	Menores Aprendizizes: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:
Total de Empregados por Nível de Escolaridade	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio: Ensino Técnico: Ensino Superior: Pós Graduação:	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio: Ensino Técnico: Ensino Superior: Pós Graduação:
Total Cargos de Chefia, por Sexo	Feminino: Masculino:	Feminino: Masculino:
INDICADORES SOCIAIS		
AMBIENTE EXTERNO	2016	2015
	Valores (mil reais)	Valores (mil reais)
Saúde e Alimentação		

Educação		
Cultura, Esporte e Lazer		
Doações (Financeiras, produtos, serviços etc.)		
Outros		
Total	0	0
EXERCICIO CIDADANIA EMPRESARIAL	2016	Metas 2017
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Número total de acidentes de trabalho		
A segurança, saúde e a garantia de ambiente de trabalho, são assegurados na empresa, com adoção de medidas concretas	() Sim fornecendo equipamentos () Sim realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos () Não	() Sim fornecendo equipamentos () Sim realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos () Não
A empresa prioriza contratar pessoas da(s) comunidade(s) próxima(s)	() Sim () Não	() Sim () Não
Os empregados são estimulados a frequentarem a escola, assiduamente?	() Sim () Não	() Sim () Não
OUTRAS INFORMAÇÕES		
RESPONSÁVEIS:		
CONTADOR:	CRC:	
INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO		
<p>REALIZAÇÃO: Este Balanço Social deverá apresentar informações sobre projetos, ações sociais e ambientais, (internas e externas) efetivamente realizadas pela Micro e Pequena Empresa. Sugere-se que este Balanço Social seja resultado de ampla participação, envolvendo a comunidade interna e externa.</p> <p>INDICADORES ECONOMICOS - Receita Bruta: Total de Vendas, receitas do ano, conforme o valor oficial declarado;</p> <p>Impostos e Contribuições: Total em R\$ sobre o faturamento bruto das taxas, impostos, tributos e contribuições obrigatórias pagas pela empresa; Folha de Pagamento e encargos sociais: Valor em R\$ dos gastos totais sobre a folha de pagamento (+férias+13o. Salário etc.), gastos com encargos sociais compulsórios, INSS (patronal + empregado) e FGTS.</p> <p>INDICADORES SOCIAIS - AMBIENTE INTERNO (Investimentos em Empregados(as)) - Neste campo devem constar As ações, benefícios e investimentos que a Micro e Pequena Empresa realiza (m) para seus empregados (as). Os itens aparecem como sugestões. Outras sugestões são investimentos em projetos ambientais/meio ambiente interno e participação nos lucros ou resultados. Alimentação: Valor dos gastos com restaurante, vale refeição, lanches, cestas básicas, e outros relacionados com alimentos dos empregados(as); Saúde: Valor dos gastos com plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde de empregados(as).</p> <p>Segurança e medicina do trabalho: Valor dos gastos com equipamentos de proteção individual, programa médico de saúde ocupacional (PCMSO), programa de prevenção ambiental (PPRA),</p> <p>Capacitação e desenvolvimento profissional: Valor dos recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluída remuneração) e gastos específicos para capacitação de empregados(as) e empreendedores relacionada com a atividade desenvolvida pela empresa. Educação: Valor dos gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação de trabalhadores (as) e empreendedores(as). Outros benefícios: Valor de gastos em seguros (parcela paga pela empresa), empréstimo (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios voluntários oferecidos ao(s) empregados(s).</p> <p>INDICADORES SOCIAIS - AMBIENTE EXTERNO (Investimento na Comunidade): Neste campo devem constar ações,</p>		

projetos e investimentos que a Micro e Pequena Empresa realiza para a comunidade e a sociedade em geral (ações externas). Os itens são sugeridos. Outras sugestões são: investimentos em meio ambiente e ecologia, participação em ONGs

(Organizações Não Governamentais) e participação e apoio aos conselhos municipais. **Saúde e Alimentação:** Valor em

Reais investido na comunidade em fornecimento de alimentação, remédios, consultas, internação, etc. **Educação:** Valor em

R\$ gastos com educação na comunidade (descrever as ações em educação no item Outras Informações); **Cultura,**

Esporte e Lazer: Valor em R\$ dos gastos em eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, Literatura etc.), gastos em esportes e lazer.

EXERCICIO CIDADANIA EMPRESARIAL - Relação entre a maior e a menor remuneração: Resultado da divisão da maior remuneração pela menor.

Outras informações: Este espaço destina-se a outras informações importantes relacionadas ao exercício da cidadania. Lembrar que pequenas ações podem causar grandes impactos, tornando importante sua descrição e os impactos sociais obtidos.

MODELO 2

Balanco Social		
MÉDIA E GRANDE EMPRESA		
1 – Mensagem do Presidente	OBRIGATÓRIA	
<p><i>Mensagem do Gestor máximo da empresa validando os números apresentados no Balanço Social e declarando que a empresa não utiliza trabalho infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.</i></p>		
IDENTIFICAÇÃO		
RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL: ENDEREÇO: CNPJ: RAMO DE ATIVIDADE:		
INDICADORES ECONOMICOS	2016	2015
	Valores (mil reais)	Valores (mil reais)
RECEITA LIQUIDA		
RESULTADO OPERACIONAL		
FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA		
INDICADORES SOCIAIS		
AMBIENTE INTERNO	2016	2015
	Valores (mil reais)	Valores (mil reais)
Alimentação		
Saúde		
Segurança e Medicina do Trabalho		
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		
Creche ou Auxílio Creche		
Previdência Privada		
Educação e Cultura		
Participação nos Lucros e Resultados		
Outros		
Total	0	0
CORPO FUNCIONAL		
Total Geral de Empregados em 31/12		
Total de Admissões		
Total de Demissões		
Total de Estagiários em 31/12		
Total de Empregados portadores de necessidades especiais		
Total de Prestadores de Serviços Terceirizados em 31/12		
Total de Empregados por Sexo	Feminino: Masculino	Feminino: Masculino
Total de Empregados por faixa etária	Menores de 18 anos: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:	Menores de 18 anos: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:
Total de Empregados por Nível de Escolaridade	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio: Ensino Técnico: Ensino Superior: Pós Graduação:	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio: Ensino Técnico: Ensino Superior: Pós Graduação:

MODELO 3

Balanço Social			
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR			
1 – Mensagem do Presidente		OBRIGATÓRIA	
<p><i>Mensagem do Gestor máximo da empresa validando os números apresentados no Balanço Social e declarando que a empresa não utiliza trabalho infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.</i></p>			
IDENTIFICAÇÃO			
INSTITUIÇÃO: CATEGORIA: ENDEREÇO: CNPJ: NATUREZA JURIDICA: () ASSOCIAÇÃO () FUNDAÇÃO () SOCIEDADE SEM FINS LUCRATIVOS: () SIM () NÃO ISENTA DA COTA PATRONAL INSS : () SIM () NÃO POSSUI CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL (CEAS): () SIM () NÃO REGISTRO NO: () CNAS () CEAS () CMAS CLASSIFICADA COMO OSCIP (LEI 9790/99): () SIM () NÃO			
ORIGEM DOS RECURSOS	RECEITAS TOTAIS	2016	2015
		Valor (mil reais)	Valor (mil reais)
Recursos Governamentais (subvenções)			
Doações de pessoas jurídicas			
Doações de pessoas físicas			
Contribuições			
Patrocínios			
Cooperação Internacional			
Prestação de serviços/vendas de produtos			
Outras receitas			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	DESPESAS TOTAIS	2016	2015
		Valor (mil reais)	Valor (mil reais)
Projetos , Programas e Ações (excluindo pessoal)			
Pessoal (salários, benefícios e encargos)			
Despesas Operacionais			
Despesas com Impostos e Taxas			
Despesas Financeiras			
Capital (máquinas, instalações e equipamentos)			
Outras despesas			
INDICADORES SOCIAIS		2016	2015
AMBIENTE INTERNO		Valor (mil reais)	Valor (mil reais)
Alimentação			
Segurança e Medicina do Trabalho			
Capacitação e Desenvolvimento Profissional			
Educação			
Outros			
TOTAL		0	0
CORPO FUNCIONAL		2016	2015
TOTAL GERAL DE EMPREGADOS EM 31/12			
TOTAL DE ADMISSOES			
TOTAL DE DEMISSOES			

TOTAL DE ESTAGIARIOS EM 31/12		
TOTAL DE EMPREGADOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM 31/12		
TOTAL DE NEGROS QUE TRABALHAM NA INSTITUIÇÃO EM 31/12		
TOTAL DE EMPREGADOS POR SEXO	Feminino: Masculino:	Feminino: Masculino:
TOTAL DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA	Menores de 18 anos: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:	Menores de 18 anos: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:
TOTAL CARGOS DE CHEFIA, POR SEXO	Feminino: Masculino:	Feminino: Masculino:
QUALIFICAÇÃO DO CORPO FUNCIONAL		
	2016	2015
TOTAL DE DOCENTES	Doutores(as): Mestres(as) Especializados(as): Graduados(as)	Doutores(as): Mestres(as) Especializados(as): Graduados(as)
TOTAL DE FUNCIONÁRIO(AS) NO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio Ensino Técnico: Ensino Superior: Pós Graduação:	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio Ensino Técnico: Ensino Superior: Pós Graduação:
INDICADORES SOCIAIS		
AMBIENTE EXTERNO INTERAÇÃO COMUNIDADE	2016	2015
	Valores (mil reais)	Valores (mil reais)
Saúde e Alimentação		
Educação		
Cultura, Esporte e Lazer		
Doações (Financeiras, produtos, serviços etc.)		
Outros		
EXERCICIO CIDADANIA		
	2016	METAS 2017
RELAÇÃO ENTRE A MAIOR E A MENOR REMUNERAÇÃO NA EMPRESA		
NA SELEÇÃO DE PARCEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS, CRITÉRIOS ÉTICOS E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	() Não são considerados () São Sugeridos () São exigidos	() Não são considerados () São Sugeridos () São exigidos
NA ELABORAÇÃO E/OU EXECUÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS, HÁ CONVOCAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS	() SIM () NÃO () Não se aplica	() SIM () NÃO () Não se aplica
OUTROS INDICADORES		
	2015	2016
Número total de alunos(as)		
Número de alunos(as) com bolsa integral		
Valor total das bolsas integral		
Número de alunos com bolsas parciais		
Valor total das bolsas parciais		
Número de alunos(as) com bolsas de iniciação Científica e de Pesquisa		
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa		
OUTRAS INFORMAÇÕES		

MODELO 4

BALANÇO SOCIAL		
INSTITUIÇÕES DE ENSINO E FUNDAÇÕES PRIVADAS		
1 – Mensagem do Presidente		OBRIGATÓRIA
<p><i>Mensagem do Gestor máximo da empresa validando os números apresentados no Balanço Social e declarando que a empresa não utiliza trabalho infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.</i></p>		
INSTITUIÇÃO: CATEGORIA: ENDEREÇO: CNPJ: NATUREZA JURIDICA: () ASSOCIAÇÃO () FUNDAÇÃO () SOCIEDADE SEM FINS LUCRATIVOS: () SIM () NÃO ISENTA DA COTA PATRONAL INSS : () SIM () NÃO POSSUI CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL (CEAS): () SIM () NÃO REGISTRO NO: () CNAS () CEAS () CMAS CLASSIFICADA COMO OSCIP (LEI 9790/99): () SIM () NÃO DE UTILIDADE PUBLICA: () NÃO () SIM () FEDERAL () ESTADUAL () MUNICIPAL		
ORIGEM DOS RECURSOS RECEITAS TOTAIS	2016 Valor (mil reais)	2015 Valor (mil reais)
Recursos Governamentais (subvenções)		
Doações de pessoas jurídicas		
Doações de pessoas físicas		
Contribuições		
Patrocínios		
Cooperação Internacional		
Prestação de serviços/vendas de produtos		
Outras receitas		
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DESPESAS TOTAIS	2016 Valor (mil reais)	2015 Valor (mil reais)
Projetos, programas e ações (excluindo pessoal)		
Pessoal (salários, benefícios e encargos)		
Despesas Operacionais		
Despesas com Impostos e Taxas		
Despesas Financeiras		
Capital (máquinas, instalações e equipamentos)		
Outras despesas		
INDICADORES SOCIAIS		
AMBIENTE INTERNO	2016	2015
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO		
DESPESAS COM SAUDE		
DESPESAS COM TRANSPORTE		
DESPESAS COM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO		
DESPESAS COM CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL		

DESPESAS COM EDUCAÇÃO (EXCETO EDUCAÇÃO AMBIENTAL)		
DESPESAS COM CRECHE OU AUXILIO CRECHE		
DESPESAS COM BOLSAS/ESTÁGIOS		
OUTROS		
TOTAL	0	0
BALANÇO SOCIAL		
INSTITUIÇÕES DE ENSINO E FUNDAÇÕES PRIVADAS		
CORPO FUNCIONAL	2016	2015
TOTAL GERAL DE EMPREGADOS EM 31/12		
TOTAL DE ADMISSOES		
TOTAL DE DEMISSOES		
TOTAL DE ESTAGIARIOS EM 31/12		
TOTAL DE EMPREGADOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM 31/12		
TOTAL DE NEGROS QUE TRABALHAM NA INSTITUIÇÃO EM 31/12		
TOTAL DE EMPREGADOS POR SEXO	Feminino: Masculino:	Feminino: Masculino:
TOTAL DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA	Menores de 18 anos: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:	Menores de 18 anos: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:
TOTAL CARGOS DE CHEFIA, POR SEXO	Feminino: Masculino:	Feminino: Masculino:
SALARIO MÉDIO DAS MULHERES		
SALARIO MÉDIO DOS HOMENS		
QUALIFICAÇÃO DO CORPO FUNCIONAL	2016	2015
TOTAL DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA	Doutores(as): Mestres(as) Especializados(as): Graduados(as)	Doutores(as): Mestres(as) Especializados(as): Graduados(as)
TOTAL DE FUNCIONÁRIO(AS) NO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio Ensino Técnico: Ensino Superior: Ensino Técnico: Pós Graduação:	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio Ensino Técnico: Ensino Superior: Ensino Técnico: Pós Graduação:
EXERCICIO CIDADANIA	2016	METAS 2017
RELAÇÃO ENTRE A MAIOR E A MENOR REMUNERAÇÃO NA EMPRESA		
NA SELEÇÃO DE PARCEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS, CRITÉRIOS ÉTICOS E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	() Não são considerados () São Sugeridos São exigidos	() Não são considerados () São Sugeridos São exigidos

NA ELABORAÇÃO E/OU EXECUÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS, HÁ CONVOCAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO aplica	<input type="checkbox"/> Não se aplica
OUTRAS INFORMAÇÕES		
RESPONSÁVEIS		
CONTADOR:		
CRC:		
INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO		
<p>Categoria: autoclassificação/denominação da organização que está preenchendo o Balanço Social (por exemplo organização social, ONG, sindicato, fundação, organização do terceiro setor</p> <p>Receitas de Contribuições: receitas recebidas pelas entidades dos sócios/associados e demais contribuições regulares mediante contrapartida; Receitas de Doações: originam-se do setor privado de pessoa física ou de pessoa jurídica e destinam-se a projetos; Receitas de Recursos Governamentais(subvenções): originam-se do poder público.</p> <p>INDICADORES SOCIAIS - AMBIENTE INTERNO: Neste campo devem constar as ações, benefícios e investimentos que as entidades realizam para seus empregados(as). Alimentação: Valor dos gastos com restaurante, vale refeição, lanches, cestas básicas, outros gastos relacionados com alimentos dos empregados(as); Saúde: Valor dos gastos com plano de saúde, assistência médica, programa de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde de empregado(s); Segurança e medicina do trabalho: Valor dos gastos com equipamentos de proteção individual, programa médico de saúde ocupacional (PCMSO), programa de prevenção ambiental (PPRA),</p> <p>Capacitação e desenvolvimento profissional: Valor dos recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (Excluída remuneração) e gastos específicos para capacitação de empregados (as). Educação: Valor dos gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com bibliotecas (excluído pessoal) e outros gastos com educação dos empregados(as); Outros: Valor de gastos com seguros(parcela paga pela instituição), empréstimo (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios voluntários oferecidos aos empregados(as).</p> <p>INDICADORES SOCIAIS - AMBIENTE EXTERNO: Neste campo devem constar as ações, benefícios e investimentos que as entidades realizam para a comunidade. Saúde e alimentação: Valor investido na comunidade em fornecimento de alimentação, remédios, consultas internação etc. Educação: Valor dos gastos em educação na comunidade (descrever as ações em educação no item Outras informações); Cultura, esporte e lazer: Valor dos gastos em eventos e manifestações artísticas e culturais(música, teatro, cinema, literatura etc.), gastos com esporte e lazer, sem finalidade publicitária.</p> <p>EXERCÍCIO CIDADANIA: Relação entre a maior e menor remuneração: Resultado da divisão da maior remuneração pela menor.</p> <p>OUTROS TEMAS INDICATIVOS: Poderão ser acrescentados, quando necessários, citando o número de pessoas e entidades beneficiadas, tais como: a) assessorias/consultorias b) direitos da 3a. Idade/pessoas idosas c) direitos da criança e do adolescente d) direito das pessoas portadoras necessidades especiais e) diversidade de gênero/ saúde da mulher f) educação infantil/creche comunitária g) geração de emprego e renda h) meio ambiente/ desenvolvimento sustentável i) questão indígena j) saúde e saneamento k) inclusão digital l) não violência m) outros</p> <p>O princípio do Balanço Social é transparência, responsabilidade e participação nas ações realizadas, assim como, dar transparência total na origem e aplicação dos recursos utilizados pela organização.</p>		
Não preencher com hífen e nem deixar campo em branco - preencher com numeral 0 (zero)		

MODELO 6

Balanco Social		
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista		
1 – Mensagem do Presidente		OBRIGATORIA
<p><i>Mensagem do Gestor máximo da empresa validando os números apresentados no Balanco Social e declarando que a empresa não utiliza trabalho infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.</i></p>		
IDENTIFICAÇÃO		
RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:		
RAMO DE ATIVIDADE:		
INDICADORES ECONOMICOS	2016	2015
	Valores (mil reais)	Valores (mil reais)
RECEITA LIQUIDA		
RESULTADO OPERACIONAL		
FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA		
INDICADORES SOCIAIS		
AMBIENTE INTERNO	2016	2015
	Valores (mil reais)	Valores (mil reais)
Alimentação		
Saúde		
Segurança e Medicina do Trabalho		
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		
Creche ou Auxílio Creche		
Previdência Privada		
Educação e Cultura		
Participação nos Lucros e Resultados		
Outros		
Total	0	0
CORPO FUNCIONAL	2016	2015
Total Geral de Empregados em 31/12		
Total de Admissões		
Total de Demissões		
Total de Estagiários em 31/12		
Total de Empregados portadores de necessidades especiais		
Total de Prestadores de Serviços Terceirizados em 31/12		
Total de Empregados por Sexo	Feminino: Masculino	Feminino: Masculino
Total de Empregados por faixa etária	Menores de 18 anos: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:	Menores de 18 anos: 18 a 45 anos: Acima de 45 anos:
Total de Empregados por Nível de Escolaridade	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio: Ensino Técnico: Ensino Superior: Pós Graduação:	Analfabetos: Ensino Fundamental: Ensino Médio: Ensino Técnico: Ensino Superior: Pós Graduação:

